



OF FHE/DIPRO nº 027/2016

Brasília/DF, 09 de junho de 2016.

Ao Ilmo. Sr.  
Ariel Dias Lima  
Secretário de Gestão de Pessoas  
Tribunal de Contas do Distrito Federal  
Ed. Anexo – 3º andar – Praça do Buriti S/N  
70075-901 Brasília-DF


TRIBUNAL DE CONTAS DO DF  
- 9 JUN 16 23 22  
004647  
AUTUADO O DOCUMENTO  
SEÇÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

**Assunto: Convênio entre a FHE e o TCDF - Renovação**

Sr. Secretário de Gestão de Pessoas,

1. Faço referência ao Ofício nº 114/2016 – SEGEP, emitido em 18 de maio de 2016, referente ao Processo TCDF nº 12585/16-e, que trata da celebração de convênio entre o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e a Fundação Habitacional do Exército – FHE, por novo período de 60 meses.
2. Neste sentido, seguem anexas as três vias originais do Convênio, devidamente assinadas.

Atenciosamente,



CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO  
Diretor de Produtos

José Carvalho Freitas Sobrinho  
TabeliãoJosé Arismaldo da Silva  
Tabelião Substituto

S.C.S. - Qd. 08 - Bl "B-60" - Lj. 140-D - 1º Andar - Ed. Vênancio 2000 - CEP 70333-900

FONE: 0 (XX) 61 3321-2212 - FAX: 0 (XX) 61 3038-2370  
www.3oficiobsb.com.br - E-mail: tabjcar@solar.com.br

Prot :922053

Livro : 2841

Fls : 199

PROCURAÇÃO bastante que faz **FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - F.H.E.**, na forma abaixo:

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração virem que, aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis (31/05/2016), nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, perante mim, Escrevente, compareceu como outorgante **FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE** - fundação criada e regida pela Lei Federal 6.855, de 18 de novembro de 1980, suas alterações e por normas delas decorrentes, com personalidade jurídica de direito privado, supervisionada pelo Exército Brasileiro, com sede em Brasília, na Avenida Duque de Caxias s/nº, Setor Militar Urbano - SMU, CEP 70630-902, inscrita no CNPJ/MF sob o n. **00.643.742/0001-35**, neste ato representada, na forma do art. 12 inciso II de seu Estatuto, aprovado pela Portaria do Comando do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011, publicada no DOU de 01 de dezembro de 2011, páginas 39 a 41, por seu Presidente, **ERON CARLOS MARQUES**, brasileiro, capaz, que se declarou casado, militar da reserva, portador da identidade nº 034497060-3-MD/E.Brasileiro e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.365.107-91, com endereço comercial na sede da outorgante, cujas cópias do estatuto e documentos pessoais do seu representante encontram-se arquivadas no dossiê do livro 2486, às fl. 031, nesta Serventia, reconhecida como a própria, de cuja capacidade jurídica dou fé. E por seu presidente, de cuja capacidade dou fé, me foi dito que por este instrumento público nomeava e constituía seu bastante procurador **CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO**, brasileiro, casado, Diretor de Produtos, portador da identidade nº **017182851-0-MD/Exército Brasileiro** e inscrito no CPF/MF sob o nº **224.525.597-68**, com endereço comercial na sede da Outorgante, a quem confere amplos e gerais poderes para em seu nome deferir Empréstimos Simples ao público-alvo da FHE de acordo com as normas vigentes; assinar contratos, distratos, firmar convênios previamente autorizados pela diretoria com órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e Fundações criadas por lei na área federal, estadual e municipal, para prestação de serviços, conforme previsto no Art. 8º e Parágrafo Único da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980; revogar e concordar com cláusulas e condições de estilo, anuindo com o fim de liberar gravame hipotecário, dar quitação, representá-la junto à Receita Federal e a outros órgãos públicos federais, estaduais, municipais e autárquicas, inclusive Cartório de Notas e de Registro de Imóveis, bem como requerer, recorrer, concordar, discordar, praticar e assinar tudo que se fizer necessário ao fiel cumprimento do presente mandato, de tudo prestando contas. **O presente mandato terá validade até o dia 22 de junho de 2017, sendo vedado o substabelecimento.** Emolumentos recolhido(s) por meio do recibo nº 00296580, no valor de R\$ 34,85, conforme Tabela "F", inciso IV, do Registro de Custas da Justiça do Distrito Federal e Territórios. Dou fé. Eu, Ana Paula da Silveira Rosa, Escrevente Autorizada, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato, colhendo a(s) assinatura(s)). Eu, José Arismaldo da Silva, Tabelião Substituto, a subscrevo, dou fé e assino. (a.a) **ERON CARLOS MARQUES, JOSÉ ARISMALDO DA SILVA**. Nada mais. Traslada em seguida. Eu \_\_\_\_\_, dou fé e assino em público e raso. (ana).

Selo: TJDFDT20160080344036DQRF  
Consultar selo:www.tjdft.jus.br

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.



3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO  
SCS QD 8-BL B60-LJ 140 D-BRASILIA-DF  
Autentico esta cópia conforme Art. 7º da Lei 8935/94.  
Brasília-DF 03/06/2016  
PATRICIA SANTOS REIS  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
Selo: TJDFDT20160080354323MPCB  
consultar:www.tjdft.jus.br



Conceder transferência para a reserva remunerada à Cap QOEA SVA JACILENE DE LEMOS ANDRADE (Nr Ord 0504181), do efetivo do Segundo Comando Aéreo Regional, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002.

Maj Brig Ar LUIZ FERNANDO DUTRA BASTOS

#### PORTARIAS DIRAP/1H12 DE 27 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 164/SEM, de 09 SET 2010, e considerando o Processo nº 67562.00487/2012-27, resolve:

Nº 2.966 - Conceder transferência para a reserva remunerada ao Cel Eng (MEC) CHRISTIANO MIRANDA DA SILVA (Nr Ord 1732536), do efetivo da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 164/SEM, de 09 SET 2010, e considerando o Processo nº 67562.00500/2012-53, resolve:

Nº 2.984 - Conceder transferência para a reserva remunerada ao Cel Av JOÃO LUIZ RIBEIRO (Nr Ord 1212788), do efetivo da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002.

Maj Brig Ar LUIZ FERNANDO DUTRA BASTOS

#### COMANDO DA MARINHA DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL DIRETORIA DO PESSOAL CIVIL

#### PORTARIA Nº 979/DPCVM, DE 19 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DO PESSOAL CIVIL DA MARINHA, usando da atribuição que lhe confere a Portaria nº 145, de 19 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, resolve:

Art. 1º Conceder pensão vitalícia, na cota parte integral, a JULIANA CORRÊA DE MAGALHÃES MIRANDA, NIP 12.1180.36, CPF 377.148.307-78, viúva do Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, NI-B-VI, NIP 21.6144.82 EDIMIRO DA ROCHA MIRANDA, Matrícula SIAPE 0971181, de acordo com o art. 215, c/c a alínea a, inciso I, art. 217, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observada a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c o inciso I, art. 2º, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, com vigência a partir de 12 de maio de 2012, data do falecimento do instituidor, no valor correspondente à totalidade dos seus proventos, até o limite máximo estabelecido para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a esse limite (Processo nº 08151/2012, da DPCVM).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CA MARCOS SAMPAIO OLSEN

#### PORTARIAS DPCVM DE 21 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DO PESSOAL CIVIL DA MARINHA, no exercício da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 145, de 19 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, resolve:

Nº 999 - Art. 1º Aposentar, de acordo com os incisos I, II e III, art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com proventos integrais, o Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, NI-S-III, NIP 86.0167.50 JOÃO VICENTE DA SILVA, Matrícula SIAPE 0978515, Código de Vaga 0564295 (Processo nº 07739/2012, da DPCVM/AMRJ).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DO PESSOAL CIVIL DA MARINHA, no exercício da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 145, de 19 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0002210262800010

Nº 1.000 - Art. 1º Aposentar, de acordo com os incisos I, II e III, art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com proventos integrais, o Técnico em Cartografia, NI-S-III, NIP 79.5012.49 AIMORÉ JOSÉ DA SILVA, Matrícula SIAPE 0973677, Código de Vaga 0559848 (Processo nº 07677/2012, da DPCVM/CHM).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CA MARCOS SAMPAIO OLSEN

#### DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR

#### PORTARIA Nº 1.397/DPMM, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe confere o contido no artigo 4.4, da DGPMM-310 (4ª Revisão), de acordo com o contido no art. 67, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares) e em conformidade com a decisão judicial proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal do Ceará, nos autos do Processo nº 0007072-89.2012.4.05.8100, encaminhado para cumprimento por intermédio do Ofício nº 777/2012/AGU/PU/CE-AND, de 6 de junho de 2012, da Procuradoria Seccional da União no Estado do Ceará, resolve:

Art. 1º Promover a Concessão de Licença para Tratar de Interesse Particular, por força de decisão judicial, do 1ºSG-ES 84.1055.34 KAYRYS MOTTA NASCIMENTO, pelo prazo de seis meses, a contar de 1º de junho a 30 de novembro de 2012, ou até ulterior decisão, devendo permanecer adido ao Instituto de Pesquisa da Marinha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

V.Alt. DOMINGOS SAVIO ALMEIDA NOGUEIRA

#### PORTARIA Nº 1.402/DPMM, DE 27 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso da subdelegação de competência que lhe confere o contido na alínea x, do inciso V, do Anexo B, da Portaria nº 145, de 19 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, e em conformidade com o Acórdão proferido pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, transitado em julgado, referente aos autos do processo nº 0005851-46.2003.4.02.5101 (2003.51.01.005851-4), em trâmite no Juízo da 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Reformar, por força de decisão judicial, o MN-QPA 97.0960.41 MARCELO RIBEIRO OLIVEIRA, com proventos na graduação de Terceiro-Sargento, a partir de 5 de setembro de 2002, nos termos do disposto nos artigos 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso V; 109 e 110, §§ 1º e 2º alínea c, da Lei nº 6.880/80, recluso no Serviço Ativo da Marinha por intermédio da Portaria nº 1439, de 7 de outubro de 2003, do Diretor do Pessoal Militar da Marinha.

Art. 2º Os atrasados devidos ao autor serão pagos na forma do contido no art. 100 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

V.Alt. DOMINGOS SAVIO ALMEIDA NOGUEIRA

#### COMANDO DO EXÉRCITO GABINETE DO COMANDANTE

#### PORTARIA Nº 477, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; o inciso I do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006; e em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do art. 8º do Estatuto da Fundação Habitacional do Exército, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011, resolve:

1 - EXONERAR, o Senhor LETÍCIO DE CAMPOS DANTAS FILHO do cargo de Diretor de Produtos da Fundação Habitacional do Exército - FHE; e

2 - NOMEAR, o General de Divisão da Reserva Remunerada CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO para o cargo de Diretor de Produtos da Fundação Habitacional do Exército - FHE.

Gen Ex ENZO MARTINS PERI

#### PORTARIAS DE 27 DE JUNHO DE 2012

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "b", do Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, e considerando o disposto nos art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve:

Nº 479 - NOMEAR por necessidade do serviço, ex officio, para o cargo de Oficial do seu Gabinete (CODOM 05489-0) o Maj QCO OSCAR MEDEIROS FILHO.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 19, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o art. 8º, inciso I, da Portaria do Comandante do Exército nº 152, de 22 de abril de 2002, resolve:

Nº 480 - EXONERAR, a pedido, a contar de 25 de junho de 2012, o General de Brigada R/1 (011278562-1) FLAVIO MURILLO BARBOSA DO NASCIMENTO, de Prestador de Tarefa por Tempo Certo no Estado-Maior do Exército.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "d", do Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, e considerando o disposto nos art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve:

Nº 482 - DESIGNAR por necessidade do serviço, ex officio, para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (Brasília-DF) o Cel Int AIRE DE MELO JUREMA.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "b", do Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, e considerando o disposto nos art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve:

Nº 484 - NOMEAR por necessidade do serviço, ex officio, para o cargo de Oficial do seu Gabinete (CODOM 01626-1) o Ten Cel Inf RUI VAZ BARBOSA.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "b", do Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, e considerando o disposto nos art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve:

Nº 485 - EXONERAR por necessidade do serviço, ex officio, do cargo de Oficial do seu Gabinete (CODOM 01626-1) o 2º Ten QAO Adm G LUIZ ARINO DA SILVA.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "d", do Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, e considerando o disposto nos art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve:

Nº 486 - DESIGNAR por necessidade do serviço, ex officio, para o Ministério da Defesa, a fim de exercer comissão no Hospital das Forças Armadas (Brasília-DF) o 2º Sgt Int OZEIAS MIRANDA VIEGAS.

Gen Ex ENZO MARTINS PERI

#### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 453, de 21 de junho de 2012, publicada no DOU nº 120, de 22 de junho de 2012, Seção 2, página 7, relativa à dispensa do General de Brigada CARLOS MAURÍCIO BARROSO SARMENTO, de exercer as atribuições de Comandante da Força de Pacificação, onde se lê: "6 de julho de 2012", leia-se: "30 de junho de 2012".

#### COMANDO MILITAR DO LESTE 1ª REGIÃO MILITAR

#### PORTARIAS SIP/1-RIO DE 20 DE JUNHO DE 2012

O COMANDANTE DA 1ª REGIÃO MILITAR, considerando o previsto nos arts. 10, 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no art. 151 do Decreto nº 98.820, de 12 de janeiro de 1990 e na Portaria nº 421, de 19 de junho de 2008, resolve:

Nº 48 - CANCELAR a pensão vitalícia, concedida pela Portaria 015-SIP/1-Rio, de 29 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2007, de acordo com a alínea "a", do inciso I, do art. 217, da Lei 8.112/1990, a STELLA MARIA DE ARAUJO AREIAS NETTO, viúva do ex-servidor ANTONIO CARLOS AREIAS NETTO, matrícula nº 0367568, falecido em 31 de dezembro de 2006, por possuir no ato da concessão mais de duas pensões e não ter exercido o direito de opção, contrariando o art. 255, da Lei nº 8.112/1990 (1ª RM - SIP/1-Rio).

O COMANDANTE DA 1ª REGIÃO MILITAR, considerando o previsto nos arts. 10, 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no art. 151 do Decreto nº 98.820, de 12 de janeiro de 1990 e na Portaria nº 421, de 19 de junho de 2008, resolve:

CARTEIRA DE IDENTIDADE		
 <div style="text-align: center;">           REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL            MINISTÉRIO DA DEFESA  <b>EXÉRCITO BRASILEIRO</b>            SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DO EXÉRCITO  <small>Lei 3.089, de 08 jul 1956 e Lei 7.118, de 29 Ago 83</small> </div>		
NR REG. E DATA <b>017182851-0</b> (09 Set 69)		
TS POS <b>A POS</b>		
CPT 224.525.597-68		PRE 96-1633106
PERTINÊNCIA <b>CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO</b> General-de-Divisão Intendente		
ASSINATURA DO PROMOTOR 		
Mobilizável até 31 Dez 21		
FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL DEC. 34.155 DE 12 Out 53		

30. OFICÍO DE NOTAS E PROTESTO  
 SCS QD 8-B/ 860-LJ 140 D-BRASILIA-DF  
 Autentico esta copia conforme Art.7.V.  
 da Lei 8935/94.  
 Brasilia-DF 02/07/2013  
 MARGARIDA DIVINA GUIMARAES  
 ESCRIVENTE AUTORIZADA  
 Selo: TJDFT20130080159833VJXY  
 Consultar: www.tjdft.jus.br

30. OFICÍO DE NOTAS E PROTESTO  
 SCS QD 8-B/ 860-LJ 140 D-BRASILIA-DF  
 Autentico esta copia conforme Art.7.V.  
 da Lei 8935/94.  
 Brasilia-DF 19/02/2013  
 MARGARIDA DIVINA GUIMARAES  
 ESCRIVENTE AUTORIZADA  
 Selo: TJDFT20130080159833VJXY  
 Consultar: www.tjdft.jus.br

MARCIANO CARVALHO PRIMO GRECY CAMPOS DE MIRANDA PRIMO		
Campos dos Goyaz - RJ - BRASIL - 08Abr51		
RG -XXX-	T:004716.361-2	RG -XXX-
00142429812	11612572267	V-4343 / V-4242
Reg Cas nº 1.397, Cart de Itaperuna-RJ, Lv 29, Fl 96, Exp 09 Jan 75		
Brasília - DF, 10 Mai 2012.		
MARCIANO CARVALHO PRIMO		
MARCIANO CARVALHO PRIMO MARCIANO CARVALHO PRIMO		



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

**CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO  
EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS  
MEMBROS E SERVIDORES, ATIVOS  
E INATIVOS, E DOS PENSIONISTAS  
DO TCDF QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O TRIBUNAL DE  
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E  
A FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO  
EXÉRCITO – FHE.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**, doravante denominado **CONVENIENTE**, com sede na Praça do Buriti s/nº – Palácio Costa e Silva, Brasília (DF), CEP 70075-901, CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, representado pelo seu Presidente, na forma de seu Regimento Interno, e a **FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE**, doravante denominada **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, com sede na cidade de Brasília/DF, sito na Avenida Duque de Caxias, s/nº, Edifício Sede – Setor Militar Urbano – SMU, CEP 70630-902, CNPJ/MF nº 00.643.742/0001-35, neste ato representada por seu procurador legalmente constituído, **RESOLVEM** celebrar este Termo de Convênio, conforme Processo nº 12585/16e, de acordo com as seguintes cláusulas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Instrumento tem como objeto a consignação em folha de pagamento dos membros e servidores, ativos e inativos, e dos pensionistas do **CONVENIENTE**, com vistas à disponibilização de linha de empréstimo pessoal, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional **POUPEX**, com fulcro na Resolução nº 199, de 12 de maio de 2009, e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE CONCESSÃO**

Os empréstimos pessoais, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional **POUPEX** serão concedidos pela **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, devendo os valores descontados pelo **CONVENIENTE** serem a ela repassados, nos termos deste Convênio.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os encargos financeiros incidentes sobre os referidos empréstimos, seguros e consórcios serão fixados pela **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, em conformidade com o mercado, vedados acréscimos além daqueles previstos na legislação pertinente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Este Convênio tem prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo facultado aos partícipes denunciá-lo a qualquer tempo, mediante simples aviso por escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a sustação imediata do processamento dos empréstimos pessoais, seguros e consórcios ainda não consignados, continuando em pleno vigor, porém, as consignações efetuadas até a efetiva liquidação dos empréstimos, seguros e consórcios já concedidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O CONVENENTE poderá, a qualquer tempo, cancelar as consignações efetivadas sem observar o prazo mencionado nesta Cláusula, nas hipóteses previstas na Resolução nº 199, de 12 de maio de 2009, e alterações.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES PARA DESCONTO EM FOLHA E DA MARGEM CONSIGNÁVEL**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA compromete-se a disponibilizar aos membros e servidores, ativos e inativos, e aos pensionistas do CONVENENTE, formulário próprio, denominado "AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO", para solicitação de empréstimos pessoais, seguros e consórcios, em que conste autorização expressa do mutuário para desconto em sua folha de pagamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O CONVENENTE compromete-se a efetuar o cálculo da margem consignável, observando os limites estabelecidos na Resolução nº 199/09, e alterações, e a proceder as consignações em folha de pagamento de seus membros, servidores e pensionistas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Ultrapassada a margem a que se refere o parágrafo anterior, em face da superveniente redução da remuneração do servidor ou da ocorrência de novos descontos compulsórios, poderá ser imediatamente suspensa a consignação em favor da INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Mediante ajuste formal, o CONVENENTE poderá instituir, a qualquer tempo, taxa ou preço público a ser cobrado da INSTITUIÇÃO CONVENIADA pela prestação de serviços objeto deste Convênio.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO DESCONTO EM FOLHA E DO REPASSE DAS PRESTAÇÕES**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA deverá encaminhar ao Serviço de Pagamento de Pessoal do CONVENENTE, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a relação dos valores a serem descontados dos consignados na folha de pagamento do mês subsequente.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O CONVENENTE compromete-se a repassar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, o valor total por ela informado no mês anterior, observadas as autorizações dos consignados, não sendo devida pelo CONVENENTE nenhuma indenização à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, em face de eventuais atrasos no repasse de créditos orçamentários, observado o disposto na Cláusula Décima deste Convênio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES**

Ocorrendo afastamento não remunerado ou exoneração do servidor, bem como falecimento do servidor ou do pensionista, caberá ao CONVENIENTE comunicar o fato à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Em caso de eventual insuficiência da margem consignável prevista na Resolução nº 199/09 e alterações, caberá ao CONVENIENTE comunicar o fato à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em cartório (opção dos partícipes), diretamente aos endereços constantes deste Convênio, ou aos que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPRESENTAÇÃO**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA constitui seu bastante procurador a pessoa que firma o presente Convênio, legalmente qualificada e autorizada com poderes especiais e expressos, que responderá pela fidedignidade das informações prestadas no processamento de empréstimos, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional POUPEX e dos demais expedientes necessários à execução deste Convênio, bem assim pelos dados dos mutuários constantes das “AUTORIZAÇÕES PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO”, observado o disposto na Cláusula Décima deste Convênio.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Poderá a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, mediante comunicação por escrito ao CONVENIENTE, substituir, cancelar e/ou constituir novos procuradores, ficando estabelecido que as alterações vigorarão a partir do dia do recebimento da comunicação.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OUTRAS CONDIÇÕES**

Qualquer tolerância de um dos partícipes para com o outro somente implicará modificação dos termos do presente Convênio se expressamente formalizada, e aceita pelo outro partícipe.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A INSTITUIÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar informações ocorridas que alterem as condições e requisitos deste Convênio, nos termos das normas que regem a espécie.

## **CLÁUSULA NONA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Os termos da Resolução nº 199/09 e alterações são partes integrantes deste Convênio, como se transcritos fossem.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do CONVENENTE por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelos consignados junto à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O presente Convênio tem como objetivo fixar meras regras de colaboração entre os partícipes, não gerando quaisquer obrigações e/ou responsabilidades de ordem patrimonial para o CONVENENTE, no que tange ao cumprimento de suas cláusulas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

O CONVENENTE e a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, nas suas relações entre si, ficam sujeitos ao foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal, que detém competência absoluta para dirimir dúvidas ou controvérsias que possam resultar da execução do presente Convênio, com a renúncia expressa de qualquer outro.

Os partícipes declaram ter conhecimento e estar de acordo com as cláusulas deste Convênio e, por estarem justos e convencionados, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para produção dos devidos e legais efeitos.

Brasília (DF),        de        de 2016.

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**

**Presidente/TCDF**

**CONVENENTE**

**FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE**  
**INSTITUIÇÃO CONVENIADA**

**Representante legal**





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

**CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO  
EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS  
MEMBROS E SERVIDORES, ATIVOS  
E INATIVOS, E DOS PENSIONISTAS  
DO TCDF QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O TRIBUNAL DE  
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E  
A FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO  
EXÉRCITO – FHE.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**, doravante denominado **CONVENIENTE**, com sede na Praça do Buriti s/nº – Palácio Costa e Silva, Brasília (DF), CEP 70075-901, CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, representado pelo seu Presidente, na forma de seu Regimento Interno, e a **FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE**, doravante denominada **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, com sede na cidade de Brasília/DF, sito na Avenida Duque de Caxias, s/nº, Edifício Sede – Setor Militar Urbano – SMU, CEP 70630-902, CNPJ/MF nº 00.643.742/0001-35, neste ato representada por seu procurador legalmente constituído, **RESOLVEM** celebrar este Termo de Convênio, conforme Processo nº 12585/16e, de acordo com as seguintes cláusulas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Instrumento tem como objeto a consignação em folha de pagamento dos membros e servidores, ativos e inativos, e dos pensionistas do **CONVENIENTE**, com vistas à disponibilização de linha de empréstimo pessoal, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional **POUPEX**, com fulcro na Resolução nº 199, de 12 de maio de 2009, e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE CONCESSÃO**

Os empréstimos pessoais, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional **POUPEX** serão concedidos pela **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, devendo os valores descontados pelo **CONVENIENTE** serem a ela repassados, nos termos deste Convênio.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os encargos financeiros incidentes sobre os referidos empréstimos, seguros e consórcios serão fixados pela **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, em conformidade com o mercado, vedados acréscimos além daqueles previstos na legislação pertinente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Este Convênio tem prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo facultado aos partícipes denunciá-lo a qualquer tempo, mediante simples aviso por escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a sustação imediata do processamento dos empréstimos pessoais, seguros e consórcios ainda não consignados, continuando em pleno vigor, porém, as consignações efetuadas até a efetiva liquidação dos empréstimos, seguros e consórcios já concedidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O CONVENIENTE poderá, a qualquer tempo, cancelar as consignações efetivadas sem observar o prazo mencionado nesta Cláusula, nas hipóteses previstas na Resolução nº 199, de 12 de maio de 2009, e alterações.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES PARA DESCONTO EM FOLHA E DA MARGEM CONSIGNÁVEL**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA compromete-se a disponibilizar aos membros e servidores, ativos e inativos, e aos pensionistas do CONVENIENTE, formulário próprio, denominado "AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO", para solicitação de empréstimos pessoais, seguros e consórcios, em que conste autorização expressa do mutuário para desconto em sua folha de pagamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O CONVENIENTE compromete-se a efetuar o cálculo da margem consignável, observando os limites estabelecidos na Resolução nº 199/09, e alterações, e a proceder as consignações em folha de pagamento de seus membros, servidores e pensionistas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Ultrapassada a margem a que se refere o parágrafo anterior, em face da superveniente redução da remuneração do servidor ou da ocorrência de novos descontos compulsórios, poderá ser imediatamente suspensa a consignação em favor da INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Mediante ajuste formal, o CONVENIENTE poderá instituir, a qualquer tempo, taxa ou preço público a ser cobrado da INSTITUIÇÃO CONVENIADA pela prestação de serviços objeto deste Convênio.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO DESCONTO EM FOLHA E DO REPASSE DAS PRESTAÇÕES**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA deverá encaminhar ao Serviço de Pagamento de Pessoal do CONVENIENTE, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a relação dos valores a serem descontados dos consignados na folha de pagamento do mês subsequente.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O CONVENIENTE compromete-se a repassar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, o valor total por ela informado no mês anterior, observadas as autorizações dos consignados, não sendo devida pelo CONVENIENTE nenhuma indenização à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, em face de eventuais atrasos no repasse de créditos orçamentários, observado o disposto na Cláusula Décima deste Convênio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES**

Ocorrendo afastamento não remunerado ou exoneração do servidor, bem como falecimento do servidor ou do pensionista, caberá ao CONVENIENTE comunicar o fato à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Em caso de eventual insuficiência da margem consignável prevista na Resolução nº 199/09 e alterações, caberá ao CONVENIENTE comunicar o fato à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em cartório (opção dos partícipes), diretamente aos endereços constantes deste Convênio, ou aos que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPRESENTAÇÃO**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA constitui seu bastante procurador a pessoa que firma o presente Convênio, legalmente qualificada e autorizada com poderes especiais e expressos, que responderá pela fidedignidade das informações prestadas no processamento de empréstimos, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional POUPEX e dos demais expedientes necessários à execução deste Convênio, bem assim pelos dados dos mutuários constantes das “AUTORIZAÇÕES PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO”, observado o disposto na Cláusula Décima deste Convênio.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Poderá a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, mediante comunicação por escrito ao CONVENIENTE, substituir, cancelar e/ou constituir novos procuradores, ficando estabelecido que as alterações vigorarão a partir do dia do recebimento da comunicação.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OUTRAS CONDIÇÕES**

Qualquer tolerância de um dos partícipes para com o outro somente implicará modificação dos termos do presente Convênio se expressamente formalizada, e aceita pelo outro partícipe.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A INSTITUIÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar informações ocorridas que alterem as condições e requisitos deste Convênio, nos termos das normas que regem a espécie.

## **CLÁUSULA NONA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Os termos da Resolução nº 199/09 e alterações são partes integrantes deste Convênio, como se transcritos fossem.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do CONVENENTE por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelos consignados junto à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O presente Convênio tem como objetivo fixar meras regras de colaboração entre os partícipes, não gerando quaisquer obrigações e/ou responsabilidades de ordem patrimonial para o CONVENENTE, no que tange ao cumprimento de suas cláusulas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

O CONVENENTE e a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, nas suas relações entre si, ficam sujeitos ao foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal, que detém competência absoluta para dirimir dúvidas ou controvérsias que possam resultar da execução do presente Convênio, com a renúncia expressa de qualquer outro.

Os partícipes declaram ter conhecimento e estar de acordo com as cláusulas deste Convênio e, por estarem justos e convencionados, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para produção dos devidos e legais efeitos.

Brasília (DF),                      de                      de 2016.

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**

**Presidente/TCDF**

**CONVENENTE**

**FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE  
INSTITUIÇÃO CONVENIADA**

**Representante legal**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

**CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO  
EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS  
MEMBROS E SERVIDORES, ATIVOS  
E INATIVOS, E DOS PENSIONISTAS  
DO TCDF QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O TRIBUNAL DE  
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E  
A FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO  
EXÉRCITO – FHE.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**, doravante denominado **CONVENIENTE**, com sede na Praça do Buriti s/nº – Palácio Costa e Silva, Brasília (DF), CEP 70075-901, CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, representado pelo seu Presidente, na forma de seu Regimento Interno, e a **FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE**, doravante denominada **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, com sede na cidade de Brasília/DF, sito na Avenida Duque de Caxias, s/nº, Edifício Sede – Setor Militar Urbano – SMU, CEP 70630-902, CNPJ/MF nº 00.643.742/0001-35, neste ato representada por seu procurador legalmente constituído, **RESOLVEM** celebrar este Termo de Convênio, conforme Processo nº 12585/16e, de acordo com as seguintes cláusulas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Instrumento tem como objeto a consignação em folha de pagamento dos membros e servidores, ativos e inativos, e dos pensionistas do **CONVENIENTE**, com vistas à disponibilização de linha de empréstimo pessoal, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional **POUPEX**, com fulcro na Resolução nº 199, de 12 de maio de 2009, e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE CONCESSÃO**

Os empréstimos pessoais, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional **POUPEX** serão concedidos pela **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, devendo os valores descontados pelo **CONVENIENTE** serem a ela repassados, nos termos deste Convênio.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os encargos financeiros incidentes sobre os referidos empréstimos, seguros e consórcios serão fixados pela **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, em conformidade com o mercado, vedados acréscimos além daqueles previstos na legislação pertinente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Este Convênio tem prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo facultado aos partícipes denunciá-lo a qualquer tempo, mediante simples aviso por escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a sustação imediata do processamento dos empréstimos pessoais, seguros e consórcios ainda não consignados, continuando em pleno vigor, porém, as consignações efetuadas até a efetiva liquidação dos empréstimos, seguros e consórcios já concedidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O CONVENIENTE poderá, a qualquer tempo, cancelar as consignações efetivadas sem observar o prazo mencionado nesta Cláusula, nas hipóteses previstas na Resolução nº 199, de 12 de maio de 2009, e alterações.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES PARA DESCONTO EM FOLHA E DA MARGEM CONSIGNÁVEL**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA compromete-se a disponibilizar aos membros e servidores, ativos e inativos, e aos pensionistas do CONVENIENTE, formulário próprio, denominado "AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO", para solicitação de empréstimos pessoais, seguros e consórcios, em que conste autorização expressa do mutuário para desconto em sua folha de pagamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O CONVENIENTE compromete-se a efetuar o cálculo da margem consignável, observando os limites estabelecidos na Resolução nº 199/09, e alterações, e a proceder as consignações em folha de pagamento de seus membros, servidores e pensionistas.

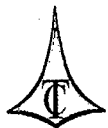
**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Ultrapassada a margem a que se refere o parágrafo anterior, em face da superveniente redução da remuneração do servidor ou da ocorrência de novos descontos compulsórios, poderá ser imediatamente suspensa a consignação em favor da INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Mediante ajuste formal, o CONVENIENTE poderá instituir, a qualquer tempo, taxa ou preço público a ser cobrado da INSTITUIÇÃO CONVENIADA pela prestação de serviços objeto deste Convênio.

**CLÁUSULA QUINTA – DO DESCONTO EM FOLHA E DO REPASSE DAS PRESTAÇÕES**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA deverá encaminhar ao Serviço de Pagamento de Pessoal do CONVENIENTE, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a relação dos valores a serem descontados dos consignados na folha de pagamento do mês subsequente.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O CONVENIENTE compromete-se a repassar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, o valor total por ela informado no mês anterior, observadas as autorizações dos consignados, não sendo devida pelo CONVENIENTE nenhuma indenização à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, em face de eventuais atrasos no repasse de créditos orçamentários, observado o disposto na Cláusula Décima deste Convênio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES**

Ocorrendo afastamento não remunerado ou exoneração do servidor, bem como falecimento do servidor ou do pensionista, caberá ao CONVENIENTE comunicar o fato à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Em caso de eventual insuficiência da margem consignável prevista na Resolução nº 199/09 e alterações, caberá ao CONVENIENTE comunicar o fato à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em cartório (opção dos partícipes), diretamente aos endereços constantes deste Convênio, ou aos que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPRESENTAÇÃO**

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA constitui seu bastante procurador a pessoa que firma o presente Convênio, legalmente qualificada e autorizada com poderes especiais e expressos, que responderá pela fidedignidade das informações prestadas no processamento de empréstimos, seguros automotivos e residenciais, bem como serviços do Consórcio Nacional POUPEX e dos demais expedientes necessários à execução deste Convênio, bem assim pelos dados dos mutuários constantes das “AUTORIZAÇÕES PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO”, observado o disposto na Cláusula Décima deste Convênio.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Poderá a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, mediante comunicação por escrito ao CONVENIENTE, substituir, cancelar e/ou constituir novos procuradores, ficando estabelecido que as alterações vigorarão a partir do dia do recebimento da comunicação.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OUTRAS CONDIÇÕES**

Qualquer tolerância de um dos partícipes para com o outro somente implicará modificação dos termos do presente Convênio se expressamente formalizada, e aceita pelo outro partícipe.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A INSTITUIÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar informações ocorridas que alterem as condições e requisitos deste Convênio, nos termos das normas que regem a espécie.

## **CLÁUSULA NONA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Os termos da Resolução nº 199/09 e alterações são partes integrantes deste Convênio, como se transcritos fossem.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do CONVENENTE por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelos consignados junto à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O presente Convênio tem como objetivo fixar meras regras de colaboração entre os partícipes, não gerando quaisquer obrigações e/ou responsabilidades de ordem patrimonial para o CONVENENTE, no que tange ao cumprimento de suas cláusulas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

O CONVENENTE e a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, nas suas relações entre si, ficam sujeitos ao foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal, que detém competência absoluta para dirimir dúvidas ou controvérsias que possam resultar da execução do presente Convênio, com a renúncia expressa de qualquer outro.

Os partícipes declaram ter conhecimento e estar de acordo com as cláusulas deste Convênio e, por estarem justos e convencionados, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para produção dos devidos e legais efeitos.

Brasília (DF),                      de                      de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**

**Presidente/TCDF**

**CONVENENTE**

  
\_\_\_\_\_  
**FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE**  
**INSTITUIÇÃO CONVENIADA**  
**Representante legal**